O MÉTODO FÔNICO NA ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES NEURODIVERGENTES: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

THE PHONICS METHOD IN THE LITERACY DEVELOPMENT OF NEURODIVERGENT STUDENTS: POSSIBILITIES AND LIMITATIONS FOR THE DEVELOPMENT OF PHONOLOGICAL AWARENESS IN THE FIRST YEAR OF ELEMENTARY SCHOOL

Tatiane Fernanda de Souza Gomes Pimenta[1]

Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva [2]

RESUMO: Este artigo analisou as possibilidades e os limites do método fônico como estratégia de intervenção pedagógica inclusiva para estudantes neurodivergentes e crianças com dificuldades de aprendizagem no 1º ano do Ensino Fundamental. O estudo discutiu a relação entre alfabetização, consciência fonológica, princípio alfabético e diferentes formas de aprender, considerando que a neurodiversidade exige práticas flexíveis e sensíveis às particularidades dos estudantes. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em levantamento bibliográfico e análise documental de produções científicas e documentos educacionais relacionados à alfabetização. Os resultados indicaram que o ensino explícito das correspondências entre fonemas e grafemas pode favorecer a consciência fonológica, a leitura e a escrita, especialmente entre crianças que apresentam dificuldades para compreender o funcionamento do sistema alfabético. Entretanto, verificou-se que o método fônico apresenta limitações quando utilizado de maneira rígida, mecânica ou isolada. Concluiu-se que sua aplicação deve ser articulada a atividades lúdicas, contextualizadas e diversificadas, envolvendo leitura de textos, produção escrita, jogos sonoros, recursos visuais e acompanhamento contínuo das aprendizagens.

Palavras-chave: Alfabetização. Neurodiversidade. Método fônico. Consciência fonológica. Dificuldades de aprendizagem.

ABSTRACT: This article analyzed the possibilities and limitations of the phonics method as an inclusive pedagogical intervention strategy for neurodivergent students and children with learning difficulties in the first year of Elementary School. The study discussed the relationship between literacy, phonological awareness, the alphabetic principle, and different ways of learning, considering that neurodiversity requires flexible practices that are sensitive to students' individual characteristics. Methodologically, a qualitative, exploratory, and descriptive study was conducted, based on a bibliographic review and documentary analysis of scientific publications and educational documents related to literacy. The results indicated that explicit instruction in phoneme-grapheme

[1] Mestranda em Ciências da Educação, Christian Business School

[2] Ph.D.Doutora em Ciências da Educação, professora orientadora da Christian Business School-CBS, rozineide.pereira1975@gmail.com.

correspondences can contribute to the development of phonological awareness, reading, and writing, especially among children who experience difficulties in understanding how the alphabetic writing system works. However, it was found that the phonics method has limitations when used in a rigid, mechanical, or isolated manner. It was concluded that its application should be integrated with playful, contextualized, and diversified activities, including text reading, written production, sound-based games, visual resources, and continuous monitoring of learning.

Keywords: Literacy. Neurodiversity. Phonics method. Phonological awareness. Learning difficulties.

INTRODUÇÃO

A alfabetização representa uma etapa decisiva na trajetória escolar, pois possibilita que a criança avance na leitura, na escrita e na participação em diferentes práticas sociais. No 1º ano do Ensino Fundamental, esse processo assume especial importância, uma vez que os estudantes chegam à escola com experiências, conhecimentos, ritmos e formas de aprendizagem bastante diversos. Segundo Brasil (2018), o processo de alfabetização deve ocupar o centro da ação pedagógica nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Nesse cenário, cabe à escola construir estratégias que não sejam direcionadas apenas a um modelo único de estudante, mas que considerem as diferentes maneiras pelas quais as crianças compreendem e se relacionam com a linguagem escrita.

A discussão sobre neurodiversidade amplia essa compreensão ao reconhecer que existem diferentes formas de funcionamento neurológico, percepção, comunicação, atenção e aprendizagem. O termo não deve ser utilizado como substituto de diagnósticos clínicos nem como uma forma de reunir todos os estudantes em uma única categoria. Ao discutirem as implicações da neurodiversidade para o contexto educacional, estudiosos da área defendem a superação de perspectivas centradas exclusivamente em déficits e limitações. Dessa maneira, estudantes com dislexia, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade ou outras particularidades podem necessitar de estratégias diferenciadas, sem que suas dificuldades sejam interpretadas como ausência de capacidade para aprender.

Entre as habilidades relacionadas à aprendizagem da leitura e da escrita encontra-se a consciência fonológica, entendida como a capacidade de reconhecer e manipular os segmentos sonoros da fala, como palavras, sílabas, rimas e fonemas. O método fônico trabalha de maneira explícita e sistematizada as relações entre os sons da fala e as letras que os representam, favorecendo a compreensão do princípio alfabético. Em estudo recente, Di Agustini e Maluf (2026) constataram que uma intervenção composta por 22 sessões de instrução fônica contribuiu para o desenvolvimento da consciência fonológica,

da leitura e da escrita de crianças com dificuldades na compreensão do princípio alfabético. Esses resultados indicam que a abordagem pode oferecer contribuições importantes, principalmente quando as crianças apresentam dificuldades para relacionar fonemas e grafemas.

Entretanto, considerar as contribuições do método fônico não significa defendê-lo como solução única para todas as dificuldades de alfabetização. Aragão e Morais (2020) observaram que crianças alfabetizadas por meio dessa abordagem apresentaram bom desempenho em determinadas tarefas de leitura, mas encontraram dificuldades em várias atividades de consciência fonêmica. Os autores questionam práticas que priorizam o treino isolado da pronúncia dos fonemas, sem articulação suficiente com unidades maiores da língua e com situações significativas de leitura e escrita. Assim, o ensino das correspondências entre letras e sons precisa estar integrado ao contato com palavras, textos, histórias, jogos, produções escritas e experiências de letramento.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender como o método fônico pode ser utilizado de forma inclusiva, respeitando as singularidades dos estudantes e evitando práticas rígidas ou padronizadas. A Lei nº 15.247/2025 reafirma a alfabetização como um direito essencial para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas e prevê ações de acompanhamento individualizado para crianças que demandem maior apoio. No 1º ano, a identificação precoce das dificuldades e a realização de intervenções pedagógicas adequadas podem evitar que defasagens iniciais sejam ampliadas ao longo da escolarização. Para isso, o professor precisa combinar ensino explícito, ludicidade, acompanhamento contínuo, recursos multissensoriais e diferentes formas de participação.

Diante dessas considerações, definiu-se o seguinte problema de pesquisa: quais são as possibilidades e os limites do método fônico como estratégia de intervenção pedagógica para desenvolver a consciência fonológica de estudantes neurodivergentes e de crianças com dificuldades de aprendizagem no 1º ano do Ensino Fundamental? O objetivo geral consiste em analisar as contribuições e as limitações do método fônico no desenvolvimento da consciência fonológica e na alfabetização desses estudantes. Como objetivos específicos, busca-se compreender a relação entre consciência fonológica, princípio alfabético, leitura e escrita; identificar práticas fônicas que possam ser utilizadas de maneira inclusiva; discutir os limites de propostas baseadas exclusivamente no treino de fonemas; e refletir sobre a importância de integrar a instrução fônica a atividades contextualizadas, lúdicas e acessíveis.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, pois buscou compreender e interpretar as discussões existentes sobre alfabetização, neurodiversidade, consciência fonológica e método fônico. A pesquisa não teve como finalidade produzir dados estatísticos ou medir numericamente o desempenho de estudantes. Seu foco esteve na análise das contribuições, dos limites e das possibilidades pedagógicas da instrução fônica, considerando a diversidade de perfis de aprendizagem presente nas turmas do 1º ano do Ensino Fundamental.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. O caráter exploratório possibilitou ampliar a compreensão sobre um tema que envolve debates teóricos e pedagógicos distintos, especialmente quanto ao lugar ocupado pelo método fônico no processo de alfabetização. O caráter descritivo esteve presente na identificação das principais características da abordagem, das habilidades de consciência fonológica trabalhadas, dos recursos que podem ser utilizados e das condições necessárias para que a intervenção respeite as particularidades dos estudantes.

Em relação aos procedimentos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em artigos científicos, livros, dissertações, teses e produções acadêmicas relacionadas à alfabetização e às dificuldades de aprendizagem. Foram considerados estudos que discutem consciência fonológica, consciência fonêmica, correspondência grafema-fonema, princípio alfabético, neurodiversidade, dislexia, práticas inclusivas e intervenção pedagógica. A análise incluiu trabalhos que apresentam resultados favoráveis à instrução fônica e produções que problematizam seu uso isolado ou excessivamente padronizado, permitindo uma discussão equilibrada sobre o tema.

Também foi desenvolvida uma pesquisa documental, com análise de documentos educacionais e normativos relacionados à alfabetização nos anos iniciais. Foram consideradas a Base Nacional Comum Curricular e a Lei nº 15.247/2025, que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. A BNCC estabelece a alfabetização como foco da ação pedagógica nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental. O Compromisso Nacional, por sua vez, reconhece o direito à alfabetização e orienta a realização de ações que considerem as desigualdades de aprendizagem e as necessidades de acompanhamento individualizado. Esses documentos contribuíram para situar o tema no contexto das políticas educacionais brasileiras.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases como a Scientific Electronic Library Online, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e o Google Acadêmico. Foram utilizados os descritores “método fônico”, “instrução fônica”, “consciência fonológica”, “consciência fonêmica”, “alfabetização inclusiva”, “neurodiversidade”, “dificuldades de aprendizagem” e “1º ano do Ensino Fundamental”. Os termos foram empregados isoladamente e de forma combinada, buscando-se localizar produções diretamente relacionadas ao objeto do artigo.

Como critérios de inclusão, foram selecionados estudos publicados preferencialmente entre 2015 e 2026, disponíveis integralmente em língua portuguesa, inglesa ou espanhola e relacionados à alfabetização de crianças dos anos iniciais. Também foram utilizadas obras anteriores quando consideradas fundamentais para a compreensão da consciência fonológica e do método fônico. Foram excluídas publicações duplicadas, textos sem autoria identificada, materiais de caráter exclusivamente opinativo e estudos que não apresentavam relação direta com a aprendizagem da leitura e da escrita.

Após a seleção, os materiais foram submetidos às etapas de leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. Os achados foram organizados nas seguintes categorias: consciência fonológica e princípio alfabético; contribuições do método fônico para a leitura e a escrita; limites da instrução centrada exclusivamente nos fonemas; neurodiversidade e diferentes perfis de aprendizagem; e estratégias pedagógicas fônicas inclusivas. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, não houve aplicação de questionários, entrevistas, testes ou intervenções diretas com estudantes. Foram respeitados o reconhecimento da autoria, a fidelidade às ideias dos estudos consultados e o uso ético das informações acadêmicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ALFABETIZAÇÃO, NEURODIVERSIDADE E DIFERENTES FORMAS DE APRENDER

A alfabetização é um processo complexo que envolve a compreensão do sistema de escrita alfabética, o desenvolvimento da leitura, a produção escrita e a participação em práticas sociais mediadas pela linguagem. No 1º ano do Ensino Fundamental, as crianças iniciam essa etapa com experiências muito diferentes: algumas já reconhecem letras e palavras, enquanto outras ainda estão construindo noções básicas sobre a escrita. Essa

heterogeneidade exige uma prática pedagógica que considere os conhecimentos prévios, os ritmos de aprendizagem e as formas particulares de participação de cada estudante.

A perspectiva da neurodiversidade contribui para compreender que não existe uma única maneira de perceber, processar informações, comunicar-se e aprender. Araujo, Silva e Zanon (2023, p. 1) explicam que, para o movimento da neurodiversidade, o autismo constitui “parte da personalidade da pessoa, não se tratando de uma doença que deve ser curada”. Embora o estudo das autoras se concentre no autismo, essa reflexão contribui para a educação ao questionar práticas orientadas exclusivamente pela correção de déficits e ao valorizar as características, as potencialidades e as necessidades de apoio de cada estudante.

No campo educacional, o termo neurodivergente pode abranger estudantes autistas, com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, dislexia e outras formas de funcionamento neurológico que se diferenciam dos padrões considerados típicos. Entretanto, é importante evitar generalizações, pois a neurodivergência não determina, por si só, o modo como uma criança será alfabetizada. Dois estudantes com o mesmo diagnóstico podem apresentar necessidades, habilidades linguísticas, níveis de autonomia e respostas pedagógicas bastante diferentes. A inclusão, portanto, precisa partir da observação do estudante real, e não apenas das características descritas em um laudo.

Também é necessário diferenciar dificuldades de aprendizagem e transtornos específicos. Uma criança pode apresentar dificuldades temporárias em razão de pouco contato com materiais escritos, ausência escolar, metodologias inadequadas, condições sociais desfavoráveis ou necessidade de maior tempo para consolidar determinadas habilidades. Em outros casos, podem existir alterações persistentes que demandam avaliação especializada e intervenções mais sistemáticas. Independentemente da origem da dificuldade, a escola não deve aguardar um diagnóstico para oferecer apoio pedagógico, pois a identificação precoce das necessidades pode evitar o acúmulo de defasagens.

Conforme Barbosa et al. (2016), a consciência fonológica e o conhecimento das letras apresentam relações importantes com o desenvolvimento da escrita no início do Ensino Fundamental. No estudo realizado com crianças do 1º ano, essas habilidades contribuíram significativamente para explicar as diferenças observadas nos níveis de escrita. Esse resultado não significa que toda dificuldade de alfabetização seja exclusivamente fonológica, mas demonstra que a capacidade de refletir sobre os sons da fala e relacioná-los às letras ocupa uma posição importante na apropriação do sistema alfabético.

Uma alfabetização orientada pela neurodiversidade precisa combinar expectativas de aprendizagem com apoios individualizados. Reconhecer as diferenças não significa abandonar o ensino sistemático ou reduzir antecipadamente aquilo que se espera do estudante. Significa oferecer mais tempo, utilizar recursos visuais e concretos, dividir tarefas em etapas, permitir diferentes formas de resposta e observar quais estratégias favorecem a aprendizagem. Nesse sentido, o método fônico pode integrar uma intervenção inclusiva, desde que seja empregado com flexibilidade e articulado a outras experiências de leitura, escrita, comunicação e produção de sentidos.

3.2 CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E FUNDAMENTOS DO MÉTODO FÔNICO

A consciência fonológica corresponde à capacidade de perceber, analisar e manipular intencionalmente os segmentos sonoros da fala. Essa habilidade envolve diferentes níveis de complexidade, como reconhecer palavras em uma frase, identificar rimas e aliterações, separar palavras em sílabas e perceber os fonemas que formam uma palavra. Segundo Lopes (2004), o desenvolvimento da consciência fonológica mantém uma relação importante com a aquisição da leitura e da escrita, especialmente porque o sistema alfabético representa unidades sonoras por meio de letras e combinações de letras.

A consciência fonêmica constitui uma dimensão mais específica da consciência fonológica. Enquanto uma criança pode perceber facilmente que “gato” e “pato” rimam ou que “boneca” possui três sílabas, identificar cada fonema de uma palavra exige uma análise mais refinada. Essa percepção não surge necessariamente de maneira espontânea, pois os fonemas são produzidos de forma articulada na fala. Por essa razão, atividades de síntese, segmentação, adição, retirada e substituição de sons podem auxiliar a criança a compreender que as palavras faladas são formadas por unidades menores.

O método fônico parte do ensino explícito das relações entre os sons da fala e as letras que os representam. Em uma definição sintética, Castles, Rastle e Nation (2018, p. 12, tradução nossa) afirmam que a instrução fônica sistemática reúne “programas de ensino da leitura que ensinam [...] a relação entre grafemas e fonemas”. A abordagem é considerada sistemática quando essas correspondências são apresentadas em uma sequência previamente organizada, permitindo que a criança utilize o conhecimento adquirido para decodificar palavras conhecidas e desconhecidas.

Essa proposta encontra correspondência em habilidades previstas para os anos iniciais. A Base Nacional Comum Curricular inclui a “correspondência fonema-grafema” entre os objetos de conhecimento do 1º e do 2º ano e estabelece, para o 1º ano, a habilidade

de “identificar fonemas e sua representação por letras” (BRASIL, 2018, p. 96-97). Essas orientações demonstram que a reflexão sobre as relações sonoras e gráficas integra a alfabetização, mas aparece ao lado de práticas de leitura, produção de textos, oralidade e formação do leitor, não como conteúdo único ou isolado.

Na prática, a instrução fônica pode começar pelas correspondências mais regulares e perceptíveis, avançando gradualmente para relações mais complexas. O professor pode trabalhar com a identificação do som inicial de nomes conhecidos, comparação de palavras, formação de novas palavras pela troca de fonemas, leitura de sílabas e combinação de sons. Jogos com figuras, letras móveis, cartões, parlendas, cantigas e objetos concretos podem tornar essas experiências mais acessíveis, principalmente para estudantes que necessitam de repetição, previsibilidade ou apoio visual.

Entretanto, o ensino fônico não deve transformar a alfabetização em repetição mecânica de sons ou memorização de famílias silábicas. A criança precisa compreender para que se lê e se escreve, estabelecer relações entre palavras e significados e participar de situações reais de uso da linguagem. Castles, Rastle e Nation (2018) defendem que a instrução fônica oferece uma base para a decodificação, mas a formação do leitor também depende do desenvolvimento do vocabulário, da fluência, dos conhecimentos linguísticos e da compreensão textual. A aprendizagem das correspondências entre letras e sons representa, portanto, uma parte indispensável do processo, mas não esgota todas as dimensões da leitura.

3.3 POSSIBILIDADES E LIMITES DO MÉTODO FÔNICO EM UMA INTERVENÇÃO INCLUSIVA

Entre as possibilidades do método fônico encontra-se o ensino explícito de habilidades que algumas crianças não conseguem desenvolver apenas pela exposição a textos e palavras. Estudantes com dificuldades persistentes de leitura podem apresentar problemas para perceber os sons que formam as palavras, associá-los às letras e utilizar essas relações durante a decodificação. Nesses casos, uma intervenção planejada, sequencial e acompanhada por avaliações frequentes pode tornar mais compreensíveis aspectos do sistema alfabético que antes pareciam pouco claros.

Em investigação recente, Di Agustini e Maluf (2026) analisaram os efeitos de 22 sessões de instrução fônica com crianças do 1º ao 3º ano que apresentavam dificuldades na compreensão do princípio alfabético. Segundo as autoras, a intervenção “favoreceu a compreensão do princípio alfabético, desenvolvimento da consciência fonológica, e

habilidades de leitura e escrita" (DI AGUSTINI; MALUF, 2026, p. 1). O resultado reforça a importância do ensino explícito, sobretudo para estudantes que ainda não compreenderam como as letras representam os segmentos sonoros da fala.

As contribuições também podem ser observadas em intervenções destinadas a estudantes em risco de dislexia ou com dificuldades já identificadas. Justino e Barrera (2012) verificaram efeitos positivos de uma intervenção baseada na abordagem fônica e no desenvolvimento da consciência fonológica. Do mesmo modo, estudos sobre leitura de crianças com dislexia indicam que a estimulação fonológica pode contribuir para a precisão da decodificação e para o reconhecimento de palavras. Essas evidências sustentam o uso pedagógico do método, mas não autorizam a conclusão de que todas as dificuldades de alfabetização possuem a mesma origem ou respondem igualmente à mesma intervenção.

Um de seus limites aparece quando a prática se concentra apenas na emissão isolada de fonemas e na leitura de palavras sem significado para a criança. Aragão e Morais (2020), ao investigarem estudantes alfabetizados por meio do método fônico, identificaram bons resultados em algumas tarefas de leitura, mas também dificuldades em atividades que exigiam determinadas habilidades de consciência fonêmica. Os achados mostram que frequentar um programa fônico não garante automaticamente o domínio de todas as operações fonológicas, especialmente quando o ensino se torna rígido ou não favorece uma reflexão mais ampla sobre a língua.

Outro cuidado necessário está na utilização do método com diferentes grupos neurodivergentes. Crianças autistas, por exemplo, podem apresentar perfis muito variados de linguagem oral, compreensão, atenção compartilhada e comunicação. Uma revisão realizada por Santos et al. (2024) identificou que intervenções em leitura podem produzir impactos sobre a consciência fonológica de crianças autistas, mas os resultados dependem das características dos participantes e das estratégias empregadas. Isso reforça a necessidade de combinar a instrução fônica com recursos visuais, comunicação alternativa, atividades breves, interesses da criança e acompanhamento individualizado, quando essas medidas forem necessárias.

Dessa maneira, o método fônico mostra-se mais coerente com a educação inclusiva quando integra uma proposta ampla de alfabetização. As atividades com fonemas e grafemas podem ser relacionadas a histórias, nomes dos estudantes, brincadeiras, músicas, listas, bilhetes e outros gêneros presentes na vida cotidiana. O professor deve acompanhar as respostas da criança, ajustar a intensidade das intervenções e evitar tanto a ausência de ensino explícito quanto a transformação da fônica em única experiência de

linguagem. Sua principal possibilidade está em tornar visível a lógica do sistema alfabético; seu principal limite surge quando essa lógica é ensinada de maneira descontextualizada, homogênea e indiferente às singularidades dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das produções científicas e dos documentos educacionais revelou que o método fônico pode contribuir para o processo de alfabetização, principalmente quando o estudante apresenta dificuldades para perceber os sons da fala e relacioná-los às letras. Entretanto, os estudos também mostram que essa contribuição depende da maneira como a abordagem é organizada e articulada às demais práticas de leitura e escrita. A partir dos materiais examinados, os achados foram agrupados em quatro categorias analíticas: consciência fonológica e apropriação do sistema alfabético; contribuições da instrução fônica; limites do uso exclusivo do método; e adequações necessárias para atender estudantes neurodivergentes.

Na primeira categoria, verificou-se que a consciência fonológica e o conhecimento das letras exercem um papel importante na aprendizagem inicial da escrita. Essas habilidades permitem que a criança perceba que as palavras faladas podem ser divididas em unidades menores e que os sons podem ser representados graficamente. Entretanto, seu desenvolvimento não ocorre da mesma forma nem no mesmo período para todos os estudantes, o que exige acompanhamento pedagógico desde o início do 1º ano.

No estudo realizado por Barbosa et al. (2016), participaram 60 crianças matriculadas no 1º ano do Ensino Fundamental. Os resultados mostraram relações significativas entre consciência fonológica, conhecimento das letras e desenvolvimento da escrita. As crianças que iniciaram o ano com melhor domínio dessas habilidades também apresentaram avanços mais expressivos em suas produções escritas, reforçando a importância de avaliar os conhecimentos iniciais e oferecer intervenções antes que as dificuldades se tornem mais acentuadas.

Esse resultado evidencia que o professor não deve esperar que todos os alunos desenvolvam espontaneamente a capacidade de analisar os sons das palavras. Atividades com rimas, sílabas, aliterações, identificação de sons iniciais e formação de palavras podem ser inseridas na rotina de maneira lúdica e intencional. Ao mesmo tempo, é importante que essas propostas não sejam utilizadas como exercícios repetitivos e desconectados, pois a

criança precisa compreender que os sons trabalhados fazem parte das palavras, das histórias e dos textos presentes em seu cotidiano.

Na segunda categoria, os estudos analisados apresentaram resultados favoráveis ao ensino explícito das relações entre fonemas e grafemas. Di Agustini e Maluf (2026) investigaram os efeitos da instrução fônica com 48 crianças do 1º ao 3º ano que apresentavam dificuldades na compreensão do princípio alfabético. Os resultados indicaram avanços na consciência fonológica e nas habilidades de leitura e escrita, mostrando que uma intervenção sistematizada pode auxiliar estudantes que ainda não compreenderam adequadamente a lógica do sistema alfabético.

A contribuição do método fônico está justamente em tornar mais visível uma relação que pode não ser facilmente percebida por algumas crianças. Ao ensinar que determinados sons correspondem a letras ou grupos de letras, o professor oferece uma ferramenta para que o estudante leia palavras novas, analise sua própria escrita e formule hipóteses mais próximas do funcionamento alfabético. Para os alunos que demonstram dificuldades persistentes, essa explicação direta pode reduzir a insegurança e favorecer maior autonomia diante das atividades.

Contudo, o ensino explícito precisa respeitar uma progressão pedagógica. Inicialmente, podem ser trabalhadas habilidades mais amplas, como identificação de palavras, rimas e segmentação silábica. Posteriormente, o professor pode avançar para tarefas de análise, combinação, retirada e substituição de fonemas. Essa sequência deve ser ajustada às respostas dos estudantes, pois a apresentação acelerada de muitos sons e letras pode aumentar a confusão, especialmente entre crianças que necessitam de maior tempo, repetição ou apoio visual.

Na terceira categoria, os resultados demonstraram que o método fônico apresenta limites quando é utilizado de forma exclusiva, rígida ou excessivamente mecânica. Aragão e Morais (2020) analisaram o desempenho de 20 crianças alfabetizadas por meio dessa abordagem e identificaram que bons resultados em algumas tarefas de leitura não garantiram o domínio de todas as habilidades de consciência fonêmica. Esse achado mostra que a repetição de sons e correspondências gráficas não assegura, isoladamente, uma reflexão ampla sobre o funcionamento da língua.

A análise desse resultado permite compreender que a criança pode memorizar relações entre letras e sons sem conseguir utilizar esse conhecimento com flexibilidade em novas situações. Por isso, não é suficiente solicitar apenas a pronúncia de fonemas, a leitura de sílabas ou a repetição de listas de palavras. O estudante precisa comparar

palavras, identificar semelhanças e diferenças, produzir escritas, ler textos e perceber como os conhecimentos fonológicos colaboram para a construção de sentidos.

Outro limite aparece quando o método é apresentado como solução universal para qualquer dificuldade de alfabetização. As crianças podem encontrar obstáculos relacionados à linguagem oral, atenção, memória, comunicação, compreensão, aspectos emocionais, experiências anteriores e condições sociais. Nesses casos, insistir somente no treino fonológico pode deixar outras necessidades sem atendimento. A instrução fônica deve integrar uma proposta mais ampla, sem substituir o trabalho com vocabulário, compreensão leitora, escrita espontânea, literatura infantil e práticas sociais de linguagem.

Na quarta categoria, a análise demonstrou que a aplicação da abordagem com estudantes neurodivergentes exige atenção à diversidade existente dentro desse próprio grupo. Uma revisão realizada por Santos et al. (2024) examinou intervenções de leitura com impactos sobre a consciência fonológica de crianças autistas. Os achados reforçaram que os resultados podem variar de acordo com as características das crianças, os recursos utilizados e a organização das intervenções, não sendo adequado pressupor que todos os estudantes autistas apresentarão as mesmas dificuldades ou responderão de modo semelhante.

Essa diversidade exige uma avaliação pedagógica cuidadosa. Um estudante pode compreender bem as correspondências entre sons e letras, mas encontrar dificuldades para manter a atenção em atividades longas. Outro pode necessitar de imagens, objetos concretos ou recursos de comunicação alternativa. Há também crianças que leem palavras com precisão, mas apresentam dificuldade para compreender o texto. Assim, o diagnóstico não deve determinar previamente a estratégia, pois a intervenção precisa considerar as habilidades já construídas e as barreiras efetivamente observadas no cotidiano escolar.

A revisão de Tavares et al. (2025), direcionada às propostas de estimulação da consciência fonológica de pessoas com deficiência intelectual, também demonstra a importância de intervenções planejadas e adequadas às características dos participantes. Esse resultado amplia a discussão ao mostrar que o desenvolvimento fonológico pode ser estimulado em diferentes condições, desde que sejam oferecidos apoio, mediação, recursos acessíveis e tempo suficiente para a aprendizagem.

Entre as estratégias inclusivas identificadas, destacam-se o uso de letras móveis, imagens, gestos, músicas, jogos sonoros, objetos concretos, recursos digitais e atividades organizadas em pequenas etapas. Essas possibilidades tornam a relação entre sons e letras mais concreta e podem favorecer estudantes que apresentam dificuldades de

atenção, memória, linguagem ou abstração. Contudo, os recursos precisam estar vinculados a objetivos pedagógicos claros, evitando que a aula seja composta por atividades atraentes, mas sem continuidade ou aprofundamento.

Os resultados indicaram ainda a necessidade de uma avaliação contínua. O professor pode observar quais sons a criança identifica, como realiza a segmentação das palavras, quais letras reconhece e que estratégias utiliza para ler e escrever. Esse acompanhamento permite ajustar o nível das atividades, retomar habilidades ainda não consolidadas e evitar a repetição desnecessária de conteúdos já compreendidos. A avaliação, nesse sentido, orienta a intervenção e não funciona apenas como forma de classificar o estudante.

Também se percebeu que as atividades fônicas produzem melhores possibilidades pedagógicas quando estão articuladas a situações significativas de alfabetização. O som inicial pode ser explorado a partir dos nomes das crianças, das personagens de uma história ou de palavras retiradas de uma cantiga. As relações entre fonemas e grafemas também podem ser trabalhadas durante a leitura de livros, a produção de listas, a escrita de bilhetes e a construção de pequenos textos. Dessa forma, o ensino sistemático não se opõe ao letramento, mas contribui para que o estudante participe dessas práticas com maior compreensão e autonomia.

Diante dos achados, compreende-se que o método fônico apresenta contribuições importantes para estudantes que necessitam de um ensino mais explícito sobre o funcionamento do sistema alfabético. No entanto, sua utilização inclusiva exige flexibilidade, observação, diversificação dos recursos e articulação com práticas contextualizadas de leitura e escrita. O principal resultado da análise é que o método não deve ser rejeitado nem apresentado como uma resposta única: ele precisa ser compreendido como uma estratégia de intervenção que pode favorecer a alfabetização quando respeita as singularidades, os conhecimentos e os diferentes percursos de aprendizagem das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permitiu compreender que o método fônico pode contribuir de maneira significativa para a alfabetização de estudantes neurodivergentes e de crianças com dificuldades de aprendizagem no 1º ano do Ensino Fundamental. Ao trabalhar de forma explícita as relações entre os sons da fala e as letras, essa abordagem pode favorecer o desenvolvimento da consciência fonológica, a compreensão do princípio alfabético e os

avanços iniciais na leitura e na escrita. Entretanto, seus resultados dependem da forma como as atividades são planejadas e das necessidades apresentadas por cada estudante.

Os achados também mostraram que o método fônico não deve ser compreendido como uma solução única para todas as dificuldades de alfabetização. As crianças apresentam diferentes formas de aprender, níveis de conhecimento, condições de atenção, linguagem, memória e experiências anteriores com a leitura e a escrita. Dessa maneira, a mesma intervenção pode produzir respostas distintas, tornando necessário que o professor acompanhe continuamente o desenvolvimento de cada aluno e ajuste as estratégias sempre que perceber novas necessidades.

Outro aspecto importante diz respeito à integração entre o ensino fônico e as práticas de letramento. O trabalho com fonemas, grafemas, sílabas e palavras precisa estar relacionado à leitura de histórias, às brincadeiras com a linguagem, à produção de textos, às cantigas, aos jogos e às situações reais de comunicação. Quando as atividades se limitam à repetição mecânica de sons ou à leitura de palavras descontextualizadas, existe o risco de a criança memorizar determinadas relações sem compreender plenamente os sentidos e as funções sociais da escrita.

No contexto da neurodiversidade, a intervenção pedagógica precisa ser flexível, acessível e sensível às singularidades dos estudantes. Recursos visuais, letras móveis, materiais concretos, atividades multissensoriais, jogos sonoros e recursos digitais podem ampliar as possibilidades de participação. Além disso, a avaliação deve ocorrer de forma contínua, permitindo identificar as habilidades já desenvolvidas, as dificuldades persistentes e os apoios mais adequados para cada criança, sem reduzir suas possibilidades de aprendizagem a um diagnóstico.

Conclui-se, portanto, que o método fônico pode constituir uma estratégia relevante dentro de uma proposta inclusiva de alfabetização, desde que não seja utilizado de forma rígida, homogênea ou isolada. Sua principal contribuição está em tornar mais compreensível o funcionamento do sistema alfabético, enquanto seu principal limite aparece quando desconsidera as diferentes dimensões da leitura e da escrita. Assim, cabe ao professor combinar o ensino explícito com práticas contextualizadas, lúdicas e diversificadas, promovendo uma alfabetização que respeite os diferentes percursos e assegure oportunidades reais de aprendizagem a todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Silvia de Sousa Azevedo; MORAIS, Artur Gomes de. Como crianças alfabetizadas com o método fônico resolvem tarefas que avaliam a consciência fonêmica? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e223345, 2020. DOI: 10.1590/0102-4698223345.

ARAUJO, Ana Gabriela Rocha; SILVA, Mônia Aparecida da; ZANON, Regina Basso. Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, e247367, 2023. DOI: 10.1590/2175-35392023-247367.

BARBOSA, Mirna Rossi; MEDEIROS, Lidiane Batista de Oliveira; VALE, Ana Paula Simões do. Relação entre os níveis de escrita, consciência fonológica e conhecimento de letras. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 33, n. 4, p. 667-676, out./dez. 2016. DOI: 10.1590/1982-02752016000400010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025**. Dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

CASTLES, Anne; RASTLE, Kathleen; NATION, Kate. Ending the reading wars: reading acquisition from novice to expert. **Psychological Science in the Public Interest**, v. 19, n. 1, p. 5-51, 2018. DOI: 10.1177/1529100618772271.

DI AGUSTINI, Solange de Fátima Andreassa; MALUF, Maria Regina. Efeitos da fônica sobre a leitura e escrita de crianças com dificuldades na compreensão do princípio

alfabético. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 42, e42404, 2026. DOI: 10.1590/0102.3772e42404.pt.

JUSTINO, Maria Inês de Souza Vitorino; BARRERA, Sylvia Domingos. Efeitos de uma intervenção na abordagem fônica em alunos com dificuldades de alfabetização. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 4, p. 399-407, out./dez. 2012. DOI: 10.1590/S0102-37722012000400009.

LOPES, Flavia. O desenvolvimento da consciência fonológica e sua importância para o processo de alfabetização. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 241-243, dez. 2004. DOI: 10.1590/S1413-85572004000200015.

SANTOS, Monalysse Francisca Pereira dos; APRÍGIO, Luana Celly Silva; LIMA, João Victor Silva de Barros; MIRANDA, Fernanda Dreux Fernandes; ARAÚJO, Cristiano Miranda de; TAVEIRA, Karinna Veríssimo Meira; SALGADO-AZONI, Cíntia Alves. Impact of reading intervention on the phonological awareness of children with autism spectrum disorder: a systematic review and meta-analysis. **CoDAS**, v. 36, n. 3, e20220336, 2024. DOI: 10.1590/2317-1782/20242022336en.

TAVARES, Luiza Teixeira; RAMIRES, Marcela Cabestré; CRENITTE, Patrícia Abreu Pinheiro; COSTA, Aline Roberta Aceituno da. Consciência fonológica de pessoas com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 31, e0232, 2025. DOI: 10.1590/1980-54702025v31e0232.